



## **PROJETO DE LEI N° 039/2023**

Dispõe sobre o Plano de Custeio do Regime  
Próprio de Previdência Social dos Servidores  
Públicos Efetivos do Município de Jaguari.

### **CAPÍTULO I** **DO PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Art. 1º.** O plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jaguari, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, destinado a assegurar a cobertura dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte, é estruturado nos termos desta Lei.

### **CAPÍTULO II** **DA SEGREGAÇÃO DA MASSA DOS BENEFICIÁRIOS DO** **REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

#### **Seção I** **Disposições Gerais**

**Art. 2º.** É adotada a segregação da massa dos beneficiários do Regime Próprio de Previdência como medida de equacionamento do déficit atuarial.

#### **Seção II** **Da criação do Fundo em Repartição e do Fundo em Capitalização**

**Art. 3º.** Ficam criados, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para a implementação da segregação da massa de que trata o art. 2º:

**I** - o Fundo em Repartição; e

**II** - o Fundo em Capitalização.

Parágrafo único. Os Fundos especificados nos incisos I e II do *caput* integram o Regime Próprio de Previdência.

#### **Seção III** **Da destinação dos recursos vinculados ao Fundo em Repartição** **e ao Fundo em Capitalização**

**Art. 4º.** Os recursos vinculados ao Fundo em Repartição são destinados ao pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte dos beneficiários que o integram e dos demais compromissos definidos por esta Lei.



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

Parágrafo único. O Fundo em Repartição não objetiva a acumulação de recursos, sendo de responsabilidade do Município o aporte de valores em montante necessário para cobrir eventuais insuficiências em relação aos benefícios e aos demais compromissos estabelecidos no *caput*.

**Art. 5º.** Os recursos vinculados ao Fundo em Capitalização são destinados ao pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte dos beneficiários que o integram e dos demais compromissos definidos por esta Lei.

Parágrafo único. O Fundo em Capitalização objetiva a acumulação de recursos para o pagamento dos benefícios e dos compromissos estabelecidos no *caput*, em relação aos quais ao menos as aposentadorias programadas e as pensões por morte decorrentes dessas aposentadorias devem ser estruturadas sob o regime financeiro de capitalização.

**Seção IV**  
**Dos beneficiários integrantes do Fundo em Repartição e**  
**do Fundo em Capitalização**

**Art. 6º.** Integram o Fundo em Repartição:

**I** - os servidores efetivos ativos que contavam com 42 anos de idade completos até o dia 31 de maio de 2023;

**II** - os aposentados que contavam com 69 anos de idade completos até o dia 31 de maio de 2023;

**III** - os pensionistas que contavam com 71 anos completos até o dia 31 de maio de 2023; e

**IV** - os pensionistas, independentemente da idade, cuja morte do segurado, integrante do Fundo de que trata o *caput* e do qual são dependentes, tenha ocorrido após o dia 31 de maio de 2023.

Parágrafo único. O Fundo em Repartição é integrado exclusivamente pelos beneficiários especificados nos incisos do *caput* e vinculados ao Regime Próprio de Previdência no dia 31 de maio de 2023, constituindo um grupo fechado e em extinção, vedado o ingresso de novos integrantes.

**Art. 7º.** Integram o Fundo em Capitalização:

**I** - os servidores efetivos ativos que não contavam com 42 anos de idade completos até o dia 31 de maio de 2023;

**II** - os aposentados que não contavam com 69 anos de idade completos até o dia 31 de maio de 2023;



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

**III** - os pensionistas que não contavam com 71 anos completos até o dia 31 de maio de 2023; e

**IV** - os pensionistas, independentemente da idade, cuja morte do segurado, integrante do Fundo de que trata o *caput* e do qual são dependentes, tenha ocorrido após o dia 31 de maio de 2023.

Parágrafo único. O Fundo em Capitalização é integrado pelos beneficiários especificados nos incisos do *caput* e vinculados ao Regime Próprio de Previdência no dia 31 de maio de 2023, bem como pelos segurados e seus dependentes que se vincularam ou vierem a ele se vincular a partir do dia 1º de junho de 2023.

**CAPÍTULO III**  
**DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO**  
**DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Seção I**  
**Disposições Gerais**

**Art. 8º.** Quaisquer valores, bens, direitos, ativos e seus rendimentos, inclusive os créditos reconhecidos por regime de origem relativos à compensação financeira de que tratam os §§ 9º e 9º-A do art. 201 da Constituição Federal e a Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999, vinculados ao Regime Próprio de Previdência, somente poderão ser utilizados:

**I** - para o pagamento dos benefícios definidos na Lei Complementar que dispõe sobre o Plano de Benefícios do Regime Próprio de Previdência;

**II** - para o financiamento da taxa de administração; e

**III** - para o pagamento da compensação financeira.

**Art. 9º.** A taxa de administração de que trata o inciso II do art. 8º é de 3% (três por cento), aplicada sobre o somatório da base de cálculo das contribuições dos servidores efetivos apurado com base no exercício financeiro anterior.

Parágrafo único. Os recursos da taxa de administração de que trata o *caput* observarão as seguintes diretrizes:

**I** - somente podem ser utilizados para o pagamento de despesas correntes e de capital necessárias à organização, à administração e ao funcionamento do Regime Próprio de Previdência;

**II** - deverão ser administrados em contas bancárias e contábeis distintas das destinadas às aposentadorias e às pensões por morte, formando reserva financeira administrativa para as finalidades previstas neste artigo; e



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

**III** - mantém-se a vinculação das sobras mensais de custeio administrativo e dos rendimentos por elas auferidos, exceto se aprovada, pelo Conselho Deliberativo, na totalidade ou em parte, a sua reversão para o pagamento dos benefícios garantidos pelo Regime Próprio, vedada a devolução dos recursos ao Município.

## **Seção II**

### **Da Utilização dos Recursos Vinculados ao Fundo em Repartição**

**Art. 10.** Os recursos vinculados ao Fundo em Repartição somente poderão ser utilizados:

**I** - para o pagamento de aposentadorias e de pensões por morte aos beneficiários que o integram;

**II** - para o financiamento da taxa de administração; e

**III** - para o pagamento da compensação financeira:

**a)** referente aos valores devidos aos regimes previdenciários instituidores de todos os benefícios decorrentes de requerimentos já deferidos e em compensação até o dia 31 de maio de 2023;

**b)** referente aos valores devidos aos regimes previdenciários instituidores de todos os benefícios decorrentes de contagem recíproca de tempo de contribuição, devidamente certificado pelo Município, utilizado por todos os ex-servidores desligados desde a instituição do Regime Próprio de Previdência até ao dia de 31 de maio de 2023, e cujos requerimentos de compensação tenham sido ou venham a ser deferidos após essa data; e

**c)** referente a valores devidos aos regimes previdenciários instituidores de todos os benefícios decorrentes de contagem recíproca de tempo de contribuição, devidamente certificado pelo Município, utilizado por ex-servidores que o integravam.

## **Seção III**

### **Da Utilização dos Recursos Vinculados ao Fundo em Capitalização**

**Art. 11.** Os recursos vinculados ao Fundo em Capitalização somente poderão ser utilizados:

**I** - para o pagamento de aposentadorias e de pensões por morte aos beneficiários que o integram;

**II** - para o financiamento da taxa de administração; e

**III** - para o pagamento da compensação financeira referente a valores devidos aos regimes previdenciários instituidores dos benefícios decorrentes de contagem recíproca de tempo de contribuição, devidamente certificado pelo Município,



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

utilizado por ex-servidores que o integravam e cujos requerimentos de compensação tenham sido ou venham a ser deferidos após 31 de maio de 2023.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS FONTES DO PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE**  
**PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**Seção I**  
**Disposições Gerais**

**Art. 12.** São fontes de custeio do Regime Próprio de Previdência:

- I** - as contribuições e os aportes do Município;
- II** - as contribuições dos servidores efetivos, dos aposentados e dos pensionistas;
- III** - os valores recebidos a título da compensação financeira;
- IV** - as receitas decorrentes de aplicações das suas disponibilidades financeiras e investimentos patrimoniais; e
- V** - as doações, as subvenções e os legados.

**Seção II**  
**Do Custeio do Fundo em Repartição**

**Subseção I**  
**Das Fontes de Custeio do Fundo em Repartição**

**Art. 13.** São fontes de custeio do Fundo em Repartição:

- I** - as contribuições do Município relativamente aos servidores efetivos que o integram;
- II** - as contribuições dos servidores efetivos, dos aposentados e dos pensionistas que o integram;
- III** - os valores recebidos a título da compensação financeira;
- IV** - o correspondente a 62,61% (sessenta e dois vírgula sessenta e um por cento) dos valores a serem pagos pelo Município, decorrentes de acordos de parcelamento de contribuições não repassadas ao Regime Próprio de Previdência no vencimento, celebrados até o dia da vigência desta Lei;
- V** - os valores a serem pagos pelo Município, decorrentes de acordos de parcelamento de contribuições não repassadas ao Regime Próprio de Previdência no vencimento, relativos às suas fontes de custeio, celebrados a partir do dia seguinte ao da vigência desta Lei;



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
**Secretaria de Administração**

**VI** - as receitas decorrentes de aplicações das suas disponibilidades financeiras e investimentos patrimoniais;

**VII** - as doações, as subvenções e os legados; e

**VIII** - os aportes, pelo Município, dos valores necessários para cobrir eventual diferença entre os benefícios e os demais compromissos suportados pelos recursos a ele vinculados e as receitas oriundas das fontes de custeio indicadas nos incisos I a VII deste artigo.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao Fundo em Repartição serão recolhidos à conta bancária específica.

**Subseção II**

**Da contribuição e dos aportes do Município ao Fundo em Repartição**

**Art. 14.** A contribuição do Município para custeio do Fundo em Repartição é de 28% (vinte e oito por cento,) incidente sobre as bases de cálculo previstas nos incisos I e II do art. 25.

**Art. 15.** Os aportes do Município para o custeio do Fundo em Repartição, calculados na forma do inciso VIII do art. 13, apurados mensalmente.

**Subseção III**

**Da contribuição dos servidores efetivos ao Fundo em Repartição**

**Art. 16.** A contribuição dos servidores efetivos que integram o Fundo em Repartição é de 14% (quatorze por cento), incidente sobre as bases de cálculo previstas nos incisos I e II do art. 27.

**Subseção IV**

**Da contribuição dos aposentados ao Fundo em Repartição**

**Art. 17.** A contribuição dos aposentados que integram o Fundo em Repartição é de 14% (quatorze por cento), incidente sobre as bases de cálculo previstas nos incisos I e II do art. 28.

**Subseção V**

**Da contribuição dos pensionistas ao Fundo em Repartição**

**Art. 18.** A contribuição dos pensionistas que integram o Fundo em Repartição é de 14% (quatorze por cento), incidente sobre as bases de cálculo previstas nos incisos I e II do art. 29.

**Seção III**

**Do Custeio do Fundo em Capitalização**



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

**Subseção I**

**Das Fontes de Custeio do Fundo em Capitalização**

**Art. 19.** São fontes de custeio do Fundo em Capitalização:

**I** - as contribuições do Município relativamente aos servidores efetivos, aos aposentados e aos pensionistas que o integram;

**II** - as contribuições dos servidores efetivos, dos aposentados e dos pensionistas que o integram;

**III** - os valores recebidos a título da compensação financeira;

**IV** - o correspondente a 37,39% (trinta e sete vírgula trinta e nove por cento) dos valores a serem pagos pelo Município, decorrentes de acordos de parcelamento de contribuições não repassadas ao Regime Próprio de Previdência no vencimento, celebrados até o dia da vigência desta Lei;

**V** - os valores a serem pagos pelo Município, decorrentes de acordos de parcelamento de contribuições não repassadas ao Regime Próprio de Previdência no vencimento, relativos às suas fontes de custeio, celebrados a partir do dia seguinte ao da vigência desta Lei;

**VI** - as receitas decorrentes de aplicações das suas disponibilidades financeiras e investimentos patrimoniais;

**VII** - o saldo de todos os recursos financeiros acumulados nas contas do Regime Próprio de Previdência até a data de vigência desta Lei; e

**VIII** - as doações, as subvenções e os legados.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao Fundo em Capitalização serão recolhidos à conta bancária específica.

**Subseção II**

**Das Contribuições do Município ao Fundo em Capitalização**

**Art. 20.** A contribuição do Município para custeio do Fundo em Capitalização é de 16,50% (dezesesseis vírgula cinquenta por cento), incidente sobre as bases de cálculo previstas nos incisos I a IV do art. 26.

**Subseção III**

**Da contribuição dos servidores efetivos ao Fundo em Capitalização**

**Art. 21.** A contribuição dos servidores efetivos que integram o Fundo em Capitalização é de 14% (quatorze por cento), incidente sobre as bases de cálculo previstas nos incisos I e II do art. 27.



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

**Subseção IV**

**Da contribuição dos aposentados ao Fundo em Capitalização**

**Art. 22.** A contribuição dos aposentados que integram o Fundo em Capitalização é de 14% (quatorze por cento), incidente sobre as bases de cálculo previstas nos incisos I e II do art. 28.

**Subseção V**

**Da contribuição dos pensionistas ao Fundo em Capitalização**

**Art. 23.** A contribuição dos pensionistas que integram o Fundo em Capitalização é de 14% (quatorze por cento), incidente sobre as bases de cálculo previstas nos incisos I e II do art. 29.

**Seção IV**

**Das bases de cálculo das contribuições do Município, dos servidores efetivos, dos aposentados e dos pensionistas**

**Art. 24.** As bases de cálculo para as contribuições do Município são diferenciadas, conforme o caso, para o custeio do Fundo em Repartição e para o custeio do Fundo em Capitalização.

**Subseção I**

**Das bases de cálculo das contribuições do Município para o custeio do Fundo em Repartição**

**Art. 25.** Consideram-se bases de cálculo para a contribuição do Município para custeio do Fundo em Repartição, prevista no art. 14:

**I** - o total da remuneração de contribuição dos servidores efetivos que o integram; e

**II** - a gratificação natalina paga aos servidores efetivos que o integram.

Parágrafo único. A gratificação natalina ou sua parcela será considerada separadamente dos demais valores componentes da base de cálculo para incidência das contribuições.

**Subseção II**

**Das bases de cálculo das contribuições do Município para o custeio do Fundo em Capitalização**

**Art. 26.** Consideram-se bases de cálculo para a contribuição do Município para custeio do Fundo em Capitalização, prevista no art. 20:





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
**Secretaria de Administração**

**I** - o total da remuneração de contribuição dos servidores efetivos que o integram;

**II** - a gratificação natalina paga aos servidores efetivos que o integram;

**III** - o total das aposentadorias e pensões por morte dos beneficiários que o integram; e

**IV** - a gratificação natalina paga aos aposentados e pensionistas que o integram;

Parágrafo único. A gratificação natalina ou sua parcela será considerada separadamente dos demais valores componentes da base de cálculo para incidência das contribuições.

**Subseção III**

**Da base de cálculo da contribuição do servidor efetivo**

**Art. 27.** Consideram-se bases de cálculo para a contribuição do servidor efetivo, prevista nos arts. 16 e 21:

**I** - o total da sua remuneração de contribuição; e

**II** - a gratificação natalina que lhe for paga.

Parágrafo único. A gratificação natalina ou sua parcela será considerada separadamente dos demais valores componentes da base de cálculo para incidência das contribuições.

**Subseção IV**

**Da base de cálculo da contribuição do aposentado**

**Art. 28.** Consideram-se bases de cálculo para a contribuição do aposentado, prevista nos arts. 17 e 22:

**I** - a parcela dos seus proventos que superar o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e

**II** - a parcela da gratificação natalina que lhe for paga que superar o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. A gratificação natalina ou sua parcela será considerada separadamente dos demais valores componentes da base de cálculo para incidência das contribuições.

**Subseção V**

**Das bases de cálculo das contribuições dos pensionistas**



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
**Secretaria de Administração**

**Art. 29.** Consideram-se bases de cálculo para a contribuição do pensionista, prevista nos arts. 18 e 23:

**I** - a parcela da pensão por morte que superar o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e

**II** - a parcela da gratificação natalina que lhe for paga que superar o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

**§ 1º.** A gratificação natalina ou sua parcela será considerada separadamente dos demais valores componentes da base de cálculo para incidência das contribuições.

**§ 2º.** A base de cálculo é aferida antes do eventual rateio da pensão por morte.

**Seção V**

**Do conceito de remuneração de contribuição**

**Art. 30.** A remuneração de contribuição, para os efeitos do inciso I do art. 25, do inciso I do art. 26 e do inciso I do art. 27, é composta pelas seguintes parcelas pagas pelo Município aos servidores efetivos segurados do Regime Próprio de Previdência:

**I** - vencimento básico do cargo efetivo;

**III** - adicionais por tempo de serviço;

**III** - classe;

**IV** - nível;

**V** - as demais já incorporadas ao conjunto remuneratório nos termos de lei municipal ou de decisão judicial.

**§ 1º.** Mediante opção expressa de cada servidor efetivo poderão ser incluídas, na remuneração de contribuição de que trata o *caput*, as seguintes parcelas:

**I** - adicionais de insalubridade e periculosidade;

**II** - adicionais ou gratificações pelo desempenho de atividades especiais;

**III** - valores pagos em razão de convocação para regime suplementar de trabalho;

**IV** - valores pagos pelo desempenho de funções de confiança; e

**V** - valor relativo à diferença entre o somatório das parcelas arroladas nos incisos do *caput* ou o subsídio do cargo efetivo e o vencimento ou o subsídio do cargo em comissão, quando ocupado por servidor efetivo.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
**Secretaria de Administração**

§ 2º. A opção de que trata o § 1º deve ser formalizada por escrito e por iniciativa de cada servidor efetivo, relativamente a cada uma das parcelas especificadas nos seus incisos, e terá validade enquanto perdurar a percepção continuada de cada uma das parcelas ou até a opção pela sua exclusão da remuneração de contribuição, a ser também formalizada por escrito e por iniciativa de cada servidor efetivo.

§ 3º. Tanto a opção pela inclusão como pela exclusão de parcelas da remuneração de contribuição, nos termos dos §§ 1º e 2º, terá efeito na primeira competência seguinte à sua formalização e protocolo junto ao setor municipal competente.

§ 4º. No caso de descontinuidade da percepção da parcela pela qual tenha o servidor efetivo optado por incluir, os valores pagos na competência da exclusão, mesmo que proporcionais, serão considerados como componentes da remuneração de contribuição.

§ 5º. Nas hipóteses da exclusão ou da descontinuidade da percepção, poderá haver nova inclusão de parcelas na remuneração de contribuição, para o que deverá ser observado o disposto nos §§ 1º e 2º.

§ 6º. As parcelas incluídas na remuneração de contribuição, mediante a opção de que trata o § 1º, ficam sujeitas tanto à incidência das alíquotas de contribuição do Município como dos servidores efetivos.

§ 7º. A remuneração de contribuição do servidor efetivo, nomeado para cargo em comissão, é definida como se em exercício do cargo efetivo estivesse, nos termos do *caput*, salvo no caso do exercício da opção facultada pelo inciso V do § 1º, hipótese em que será somada a diferença ali referida.

§ 8º. Enquadrando-se na previsão do § 7º servidor titular de dois cargos efetivos acumuláveis, lhe cabe indicar qual destes será considerado para definir o cálculo da diferença em relação ao valor do vencimento ou subsídio do cargo em comissão, que será incluída na remuneração de contribuição de que trata o *caput*.

§ 9º. É taxativo o rol dos incisos do *caput* e dos incisos do § 1º.

§ 10. Equiparam-se à remuneração de contribuição de que trata o *caput*, pelo seu valor total relativo a cada competência, os valores percebidos pelo servidor efetivo em razão de afastamento por doença, licença maternidade e outros previstos no Regime Jurídico dos Servidores, quando remunerados.

§ 11. No caso dos servidores efetivos, segurados do Regime Próprio de Previdência, em acúmulo remunerado de cargos, as regras deste artigo aplicam-se a cada um dos vínculos de forma individualizada, observado, quando for o caso, o disposto no § 8º.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
**Secretaria de Administração**

**§ 12.** A remuneração de contribuição dos servidores ativos segurados do Regime Próprio de Previdência fica limitada ao valor estabelecido como limite máximo do salário de benefício do Regime Geral de Previdência Social:

**I** - para os servidores que tenham ingressado no serviço público após a entrada em vigor do Regime de Previdência Complementar; e

**II** - para os servidores que optarem por aderir ao Regime de Previdência Complementar, com direito a coparticipação do Patrocinador.

**Seção VI**

**Da responsabilidade pelo custeio e recolhimento das contribuições**

**Art. 31.** O desconto das contribuições dos servidores efetivos, dos aposentados e dos pensionistas, e o custeio das contribuições e dos aportes do Município são de sua responsabilidade, assim como o recolhimento dos valores respectivos às contas do Regime Próprio de Previdência.

**§ 1º.** No caso de servidor efetivo afastado ou licenciado para o exercício do mandato de Vereador no próprio Município, que tenha optado pela remuneração ou subsídio do cargo eletivo, é de responsabilidade do Poder Legislativo o desconto das contribuições do servidor, o custeio das contribuições do Município, assim como o recolhimento dos valores respectivos às contas do Regime Próprio de Previdência.

**§ 2º.** Não se aplica a regra do *caput* nas hipóteses:

**I** - de servidor efetivo cedido sem ônus para o Município; e

**II** - de servidor efetivo afastado ou licenciado para o exercício de mandato na União, nos Estados, no Distrito Federal ou em outro Município, que tenha optado pela remuneração ou subsídio do cargo eletivo.

**§ 3º.** No caso do inciso I do § 2º, é de responsabilidade do órgão ou entidade cessionário o desconto das contribuições do servidor efetivo, o custeio das contribuições do Município, assim como o recolhimento dos valores respectivos às contas do Regime Próprio de Previdência.

**§ 4º.** No caso do inciso II do § 2º, é de responsabilidade do Poder da União, do Estado ou do outro Município, onde ocorre o exercício do mandato eletivo, o desconto das contribuições do servidor efetivo, o custeio das contribuições do Município, assim como o recolhimento dos valores respectivos às contas do Regime Próprio de Previdência.

**§ 5º.** A remuneração de contribuição e as alíquotas a serem consideradas para o cálculo das contribuições referidas nos §§ 1º, 3º e 4º serão definidas como se o servidor efetivo estivesse no exercício do seu cargo na origem, observado o disposto no art. 30.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
**Secretaria de Administração**

**§ 6º.** Os ajustes, convênios ou congêneres, e os demais atos administrativos que dispuserem acerca das hipóteses do § 1º e dos incisos I e II do § 2º devem conter informações, observadas as diretrizes deste artigo, acerca da responsabilidade pelo custeio, desconto e recolhimento das contribuições, assim como os demais elementos que permitam operacionalizar a medida.

**§ 7º.** Cabe à unidade gestora do Regime Próprio de Previdência, nas hipóteses do § 1º e dos incisos I e II do § 2º, independentemente de ter sido atendida a previsão do § 6º, informar ao responsável pelo custeio, desconto e recolhimento das contribuições, qual a base de cálculo e as alíquotas a serem consideradas, além de esclarecer quanto aos procedimentos para o depósito nas contas do Regime Próprio de Previdência.

### **Seção VII**

#### **Da ocorrência dos fatos geradores das contribuições**

**Art. 32.** Considera-se ocorrido o fato gerador das contribuições previstas nos arts. 14, 16 ao 18 e 20 ao 23:

**I** - na competência em que forem devidos ou pagos os valores que compõem a remuneração de contribuição, o que ocorrer primeiro;

**II** - na competência em que forem devidos ou pagos os proventos, o que ocorrer primeiro;

**III** - na competência em que forem devidas ou pagas as pensões por morte, o que ocorrer primeiro; e

**IV** - na competência em que for devida ou paga a última parcela da gratificação natalina, o que ocorrer primeiro.

**§ 1º.** No caso do gozo de férias, cujos valores irão compor a remuneração de contribuição nos termos do art. 30 desta Lei, considera-se ocorrido o fato gerador na competência a que estas se referirem, mesmo no caso de pagamento antecipado.

**§ 2º.** As regras deste artigo ficam excepcionadas no caso:

**I** - do pagamento retroativo de valores em que não seja possível identificar a competência em que devidos, hipótese em que aplicar-se-á a legislação vigente na competência em que for efetuado, tanto para definir sua inclusão na base de cálculo como para definir as alíquotas incidentes; e

**II** - de determinação diversa constante em decisão judicial.

### **Seção VIII**

#### **Do prazo para recolhimento das contribuições e dos aportes**



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

**Art. 33.** As contribuições de que tratam os arts. 14, 16 ao 18 e 20 ao 23 deverão ser recolhidas às contas do Regime Próprio de Previdência até o décimo dia útil da competência seguinte àquela em que ocorrer o fato gerador.

Parágrafo único. Nos recolhimentos em atraso das contribuições de que trata o *caput* os valores:

**I** - serão atualizados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

**II** - serão acrescidos de multa de mora de 2% (dois por cento); e

**III** - sofrerão incidência juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

**Art. 34.** Os aportes de que trata o inciso VIII do art. 13 deverão ser recolhidos à conta do Fundo em Repartição até o penúltimo dia útil do mês de apuração da eventual diferença.

**Seção IX**  
**Dos parcelamentos**

**Art. 35.** As contribuições do Município, bem como os encargos legais sobre elas incidentes, não recolhidas à Unidade Gestora nos prazos estabelecidos por esta Lei poderão, depois de apuradas e confessadas, ser objeto de acordo de parcelamento para pagamento em moeda corrente, desde que preservado o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência.

§ 1º. O parcelamento de que trata o *caput* exige autorização em lei municipal específica, bem como a observância dos critérios e o atendimento dos requisitos estabelecidos nas leis e regulamentos federais aplicáveis.

§ 2º. A consolidação do montante devido deverá observar os critérios de atualização e de incidência de juros definidos no parágrafo único do art. 33, aplicando-se, a partir da consolidação, para as parcelas vincendas e vencidas, o que for estabelecido na lei referida no § 1º, a qual deverá prever, também, a incidência de multa no caso de recolhimento em atraso de parcelas do parcelamento.

**CAPÍTULO V**  
**DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL**

**Art. 36.** Deverão ser observadas, em relação ao Regime Próprio de Previdência, as normas de contabilidade específicas que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo único. É obrigatória a separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações vinculados ao Fundo em Repartição e ao Fundo em Capitalização.



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

**CAPÍTULO VI**  
**DO REGISTRO INDIVIDUALIZADO DOS BENEFICIÁRIOS**

**Art. 37.** O Município deverá manter registro individualizado dos beneficiários do Regime Próprio de Previdência, que conterà, no mínimo, as seguintes informações:

- I** - nome e demais dados pessoais;
- II** - matrícula e outros dados funcionais;
- III** - valores mensais das remunerações, subsídios e proventos e das bases de cálculo das contribuições;
- IV** - valores mensais da contribuição dos beneficiários; e
- V** - valores mensais da contribuição do Município.

Parágrafo único. Aos beneficiários devidamente identificados serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 38.** O conceito de Município, para os efeitos desta Lei, compreende:

- I** - na Administração direta, o Poder Executivo e o Poder Legislativo;
- II** - na administração indireta, as autarquias e as fundações.

Parágrafo único. Para efeito da responsabilidade pelo custeio e recolhimento das contribuições e aportes, nos termos do *caput* do art. 31, esta recai sobre o Poder, a autarquia ou fundação de origem do servidor.

**Art. 39.** O Município é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do Fundo em Capitalização.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 40.** Os recursos financeiros em depósito nas contas do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Jaguari – FUNPREV, criado pela Lei Municipal nº 2.200, de 31 de dezembro de 1999, devem ser transferidos ao Fundo em Capitalização criado por esta Lei.

**CAPÍTULO IX**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

**Art. 41.** Ficam referendadas integralmente, nos termos do inciso II do art. 36 da Emenda Constitucional nº 103, publicada em 13 de novembro de 2019, a alteração promovida pelo seu art. 1º no art. 149 da Constituição Federal e a revogação prevista na alínea “a” do inciso I do seu art. 35.

**Art. 42.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento.

**Art. 43.** Ficam revogados os arts. 3º a 9º da Lei Municipal nº 2.200, de 31 de dezembro de 1999.

**Art. 44.** Esta lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI, EM 26 DE DEZEMBRO DE 2023.

**ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,**  
Prefeito do Município de Jaguari.





**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**  
**AO PROJETO DE LEI Nº 039/2023**

1. Repisando a exposição objeto ao texto do Projeto de Lei atinente ao Plano de Benefícios, é imperativo que o Município, de forma equilibrada e responsável, adote alternativas para enfrentar a escalada no aumento dos custos do seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, a qual exerce pressão cada vez maior sobre o orçamento, circunstância com real potencial de vir a dificultar, em um curto espaço de tempo, os investimentos públicos necessários para a prestação de serviços de qualidade à Comunidade bem como o próprio pagamento dos benefícios garantidos aos servidores públicos municipais.

2. Nesse contexto, considerando o cenário constitucional atual, inaugurado em 12 de novembro de 2019 com a promulgação da Emenda Constitucional nº 103, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) em 13 de novembro do mesmo ano, e em continuidade ao processo deflagrado com as alterações já efetivadas na Lei Orgânica do Município, submetemos a essa Casa Legislativa o presente Projeto de Lei.

3. O Projeto trata sobre o plano de custeio do RPPS, sendo que Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre as aposentadorias e as pensões está sendo apresentado em paralelo ao Texto aqui mencionado, e sua aprovação é imprescindível para fundamentar a adoção da estruturação ora proposta, que contempla a adoção da segregação da massa dos beneficiários como medida para o equacionamento do déficit atuarial em um cenário que busca a compatibilidade orçamentária, financeira e fiscal dos custos previdenciários atuais e futuros do Município.

O estudo para a segregação da massa dos beneficiários, com a indicação das respectivas premissas (contempladas tanto no plano de benefícios como no plano de custeio) e os resultados esperados, foi elaborado pelo Atuário Guilherme Walter, MIBA nº 2.091, da Empresa Lumens Atuarial. Trata-se do “Parecer 2023.12.01 – Impacto Atuarial”, do qual se extrai a seguinte conclusão:



Estado do Rio Grande do Sul  
**MUNICÍPIO DE JAGUARI**  
Secretaria de Administração

*“Portanto, considerando o Cenário proposto, a previsão é de que haja um custo patronal total inferior em aproximadamente R\$ 174 mil mensais, em relação ao que é gasto atualmente, o que representaria em torno de R\$ 2,26 milhões ao longo de um exercício ou 24% do gasto atual com previdência, no caso da implementação da Segregação da Massa ser aprovada. Ressalvamos que essa comparação se restringiu à alíquota suplementar vigente, porém, para o exercício de 2025 somente a alíquota suplementar passaria a exigir R\$ 700 mil mensais, conforme demonstrado na Tabela 1.” (grifamos)*

Veja-se que o impacto positivo no fluxo de caixa do Município, decorrente das alterações propostas, é bastante significativo.

5. Dado ao exposto, e considerando a inegável importância da efetivação da Reforma da Previdência ora proposta para a sanidade das contas do Município e para a segurança dos próprios segurados do RPPS, rogamos pela célere apreciação e pela aprovação deste Projeto de Lei.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAGUARI, EM 26 DE DEZEMBRO DE 2023.

**ROBERTO CARLOS BOFF TURCHIELLO,**  
Prefeito do Município de Jaguari.